

Ataques à Escola Pública: Escola da Escolha e o Modelo Educativo da Terceira via na Formação para o Século XXI¹

Attacks On The Public School: School Of Choice And The Educational Model Of The Third Way In Training For The 21st Century

MARIA FABIANA DA SILVA COSTA

Professora Adjunta do Núcleo de Formação Docente (NFD),
Campus do Agreste (CAA/UFPE).
mariafabiana.costa@ufpe.br

MARCELO HENRIQUE GONÇALVES DE MIRANDA

Professor Adjunto do Núcleo de Formação Docente (NFD), Campus do Agreste (CAA/UFPE), do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEduC/UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH/UFPE).
marcelo.gmiranda@ufpe.br

ELIONE MARIA NOGUEIRA DIÓGENES

Professora Associada do Centro de Educação (CEDU/UFAL), do Programa de Pós-Graduação em Educação/CEDU/UFAL. Professora-colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (UFC).
elionend@uol.com

RESUMO

O artigo, sob a perspectiva interdisciplinar, considera a educação como fenômeno social em sua relação com a economia política, processos históricos e pedagógicos. O texto objetiva problematizar as implicações da Escola da Escolha como socialização de indivíduos por meio da Terceira Via como suposta saída à crise do capitalismo atual. A busca por expansão e lucro baseada no assédio por resultados, na crença salvacionista da escola para a cidadania ativa na articulação significativa de capital social e humano desqualificam o magistério e comprometem a educação crítica e reflexiva. A Escola da Escolha consolida práticas pedagógicas (conteúdos, métodos e gestão) orgânicas à lógica do neoliberal de Terceira Via através da naturalização e formação do consenso dos valores do empresariado na educação em tempo integral. Nesse contexto da reestruturação produtiva do capital, as novas exigências para a formação humana descaracterizam a educação pública e gratuita como emancipatória e a superação do capitalismo.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva do Capital. Terceira Via. Escola da Escolha. Educação Pública.

ABSTRACT

The article, from an interdisciplinary perspective, considers education as social phenomenon in its relationship with political economy, historical and pedagogical processes. The text aims to problematize implications of the School of Choice as the socialization of individuals through the Third Way as a supposed way out of the crisis of current capitalism. The search for expansion and profit based on harassment for results, on the school's salvationist belief in active citizenship in the

¹ Artigo recebido em: 13 de fevereiro de 2022. Aprovado em: 20 de maio de 2022.

significant articulation of social and human capital, disqualifies the teaching profession and compromises critical education. School of Choice consolidates pedagogical practices (content/methods/ management) that are organic to the Third Way neoliberal logic through the naturalization and formation of a consensus on the values of the business community in full-time education. In this context of the productive restructuring of capital, the new requirements for human formation de-characterize public and free education as emancipatory and the overcoming of capitalism.

Keywords: Productive Restructuring of Capital. Third Way. School of Choice. Public education.

1 INTRODUÇÃO

Estamos vivendo tempos de profundas transformações no campo da sociabilidade humana provocadas por mudanças georeferenciadas no modo de produção capitalista. No final do século XX para o início do XXI, as mudanças sociais provocadas pelo processo de globalização econômica, social, cultural, política etc., põe em evidência a mundialização e supremacia capitalista, cuja direção política-econômica foi alterada com a racionalidade que prevaleceu no Consenso de Washington em 1989. Esse defendia uma doutrina de controle dos gastos públicos, arrocho salarial, abertura comercial, financeira, desmonte do Estado de bem-estar social e um amplo processo de privatização (CASTELO, 2013). Tais princípios remetem “[...] a tese de Hayek (1987) de que as políticas sociais conduzem à escravidão, e a liberdade do mercado à prosperidade” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 95).

Tais mudanças impactam o campo da educação, tendo em vista que esta se configura como a mediação para a construção das identidades, das culturas, dos ambientes sociais e políticos sob uma perspectiva interdisciplinar. Ou seja, o campo da educação é um campo interdisciplinar que envolve processos de socialização e sociabilidade na reprodução e ou subversão das relações de poder e das contradições existentes na sociedade (GENTILI, 2009; GENTILI; SILVA, 2012).

Nessa perspectiva, por um lado, um projeto de educação direcionado para o treinamento de mão de obra para a nova configuração do mercado de trabalho em tempos de flexibilização e automação da produção de bens e mercadorias tem sido hegemônico no âmbito do Estado brasileiro. Por outro lado, os ataques à escola pública tem se tornado frequente com a inserção da iniciativa privada por meio de fundações e Organizações Não Governamentais (ONGs) por meio do novo gerencialismo².

²Segundo Caetano e Costa (2018, p. 253), “[...] no Brasil, o gerencialismo ganha materialidade mais expressiva a partir da Reforma do Estado (1995-1999), quando Bresser-Pereira implanta o Plano Diretor da Reforma do

Com o presente texto, pretendemos chamar atenção para este fenômeno em um campo interdisciplinar e contribuir para o arrefecimento de políticas públicas de educação cujo propósito é o de “desconstruir” a escola democrática cidadã, conquista do processo de redemocratização brasileira herdeira do processo de redemocratização nos idos de 1980. O artigo se estrutura em 3 tópicos: a) esta introdução em que situamos de modo breve, o tema; b) a questão do processo históricos do neoliberalismo, e, c) notas históricas sobre a de promoção do desenvolvimento integral do ser humano, tendo como base a educação.

2 AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO

As orientações do Consenso de Washington remetem a uma ortodoxia neoconservadora que propaga à ideologia neoliberal, uma nova roupagem radical do falido liberalismo clássico, em profunda crítica à direção político-econômica do Estado de bem-estar social. Nesse contexto, houve uma inversão abrupta da crítica à crise estrutural do capitalismo em detrimento da crítica ao Estado, como se este fosse o causador das crises. Os ideólogos do neoliberalismo passaram a advogar menos Estado e mais Mercado, visto que, para estes, o fracasso econômico da década de 1970 estaria diretamente relacionada ao intervencionismo estatal ao ferir as leis naturais de mercado, nesse sentido, se instruiu um reordenamento mundial conhecido como neoliberalismo no contexto de reestruturação produtiva caracterizada pelo modelo toyotista de produção.

A racionalidade neoliberal não foi formulada no momento do Consenso de Washington. Ela surgiu anteriormente em 1947, em Mont Pèlerin³, com a união de diversos pensadores como Hayek, Mises, Friedman, Popper, entre outros defensores do liberalismo econômico, objetivando seu resgate e revisionismo histórico. Esses ideais foram experimentados na Ditadura de Pinochet (1973-1990), no Chile, crucial a maturação do receituário neoliberal, contudo, “encontrou resistências na sua aplicação ‘pura’ e, por isto, não

Aparelho do Estado (...) O alargamento da reforma gerencial estendeu-se aos entes federados às influências da tendência gerencialista na educação (...). Essa tendência tem seus antecedentes nos anos 1990, com iniciativas governamentais voltadas para diferentes formas de arranjos institucionais, tanto com o Ministério da Educação e o Banco Mundial, quanto com entidades do setor privado, por meio de parcerias e contratos de gestão, consultorias, compra de materiais apostilados, assim como por iniciativa própria, em aparente tensão com os princípios formais da gestão democrática”.

³Ver Dardot; Laval (2019).

tomou exatamente o rumo idealizado pelos luminares de Mont Pèlerin” (CASTELO, 2013, p. 243). Grifo do autor.

As resistências resultaram das críticas aos governos neoliberais, radicais e austericidas de Thatcher (1979-1990), e Ronald Reagan (1981-1980) cujo desgaste social foi amplo. Estes desarticularam sindicatos, eliminaram diversos direitos com a flexibilização do “Estado Grande”⁴, gerando incontáveis perdas sociais e trabalhistas para a população Britânica e Norte Americana.

Tais governos, “democráticos”, são lembrados pela intransigência na aplicação das medidas, demonstrando que era possível praticar políticas autoritárias em democracias formais, de acordo com Giddens (1994, p. 14), “paradoxalmente a Direita aqui, se tornou radical; enquanto a Esquerda procura preservar, tentando principalmente proteger, por exemplo, o que resta do Estado de bem-estar social”. Como exposto, é a virada do século XX para o XXI o momento crucial de esforços teórico e políticos no programa da Terceira Via, o que provocou o

Deslocamento do ideário revolucionário da classe trabalhadora para o ideário reformista social-democrata, inicialmente circunscrito às formações sociais capitalistas centrais, generalizou-se e se agudizou nos anos finais do século passado, quando começaram a se difundir mais sistematicamente os fundamentos e as práticas de uma nova pedagogia da hegemonia, ou seja, quando o ideário social-democrata clássico passou por um processo de depuração, **introduzindo elementos desenvolvimentistas às formulações práticas neoliberais, que conciliam mercado com justiça social** (LIMA; MARTINS, 2010, p. 35).

A radicalização da direita em torno do ideário neoliberal dentro da legalidade do Estado de Direito (democracia formal) minou os direitos sociais e o consenso democrático com ímpeto autoritário, o que para o principal ideólogo da Terceira Via (GIDDENS, 1994) corresponde um fundamentalismo de mercado, evidenciado no thatcherismo como a “[...] mistura de liberalismo de mercado e autoritarismo moral, que é o marco do neoliberalismo” (GIDDENS, 2007, p. 18). A radicalização da direita provocou reação da esquerda que ocorrera, no entanto, fora da radicalidade e cooptada pelo ideário social democrata, cuja alternativa revolucionária ficara em segundo plano, sob a estratégia de defesa de direitos conquistados na coalizão social pelo Estado de bem-estar social ou em lugares que experimentaram tentativas deste.

⁴ O termo Estado Grande é uma terminologia usada pelos neoliberais e seus adeptos para designar Estados Capitalistas que intervêm nas supostas “leis naturais” de mercado, a fim de substituí-los pelo Estado Mínimo (CASTELO, 2013)

Com as instabilidades sociais, políticas e econômicas, frente a ofensiva neoliberal e a culpabilização da regulação estatal intervencionista e a atuação política da Margareth Thatcher (1979-1990), evidenciou-se a resistência sindical. Essa resistência sindical, prontamente, foi convertida “[...] em inimigo central do neoliberalismo [e] trouxe consequências diretas no relacionamento entre Estado e classe trabalhadora” (ANTUNES, 1999, p. 35). Essa mudança entre Estado e Classe trabalhadora se deu com impacto na divisão internacional de trabalho, a atuação da conservadora Ministra Britânica Margareth Thatcher (1979-1990), e de John Major (1990-1997) seu sucessor. Essa mudança causou profundos desgastes políticos, conflitos sociais e tensões antagônicas com a resistência da classe trabalhadora, base eleitoral do Partido Trabalhista Inglês.

Os descontentamentos da classe trabalhadora, de frações de classes burguesas e o revisionismo social-democrata fizeram com que o Partido Trabalhista⁵ inglês transformasse suas bases em “novo” partido, com uma abordagem ideológica neoliberal de Terceira Via.

Um enorme processo de “modernização” operava-se no interior do Labour Party, que abandonava completamente seu passado trabalhista-reformista, marcado pelos vínculos com o sindicalismo e pelo apoio eleitoral na classe trabalhadora britânica, para converter-se numa espécie de Partido Democrático inglês, apoiado especialmente pelos novos extratos da burguesia, que visualizavam a proximidade da derrota eleitoral dos conservadores, em 1997. Era preciso buscar, no interior da “esquerda”, as condições de continuidade da política (em sentido amplo) vigente na fase do neoliberalismo. Era preciso acenar com mudanças superficiais para que o essencial da pragmática do neoliberalismo fosse preservado e, em caso de alteração, o fosse somente em sua epiderme (ANTUNES, 1999, p. 38).

Decisivamente, o Novo Partido Trabalhista⁶ inglês, ao aproximar-se dos interesses de frações de classe burguesas que apoiam o livre mercado, a “flexibilização” dos direitos trabalhistas/previdenciários/sociais, contudo, não apoiam o “autoritarismo moral” mencionado por Giddens (2007, p. 18), o Novo Partido Trabalhista Inglês sob a orientação de Tony Blair estava compromissado com os interesses do empresariado que defendiam uma democracia liberal-social ou social-liberal. De acordo com, Mészáros (2011), no prefácio de, *Para além do Capital*, existe uma evidente crise da política da democracia burguesa. Esta é uma crise de legitimidade política, ao ponto de não ser sustentável negá-la, nem pelos “piores apologistas do sistema embora eles tentem confiná-la à esfera da manipulação política e seu consenso

⁵ *Labour Party*

⁶ *New Labour*

criminoso, dentro do espírito da “Terceira Via”⁷ do Novo Trabalhismo” (MÈSZÁROS, 2011, p. 24). Sobre isso Giddens afirma que a

“Terceira via”, como entendida aqui, designa uma série muito mais genérica de esforços, comuns à maioria dos partidos e pensadores de esquerda na Europa e em outras partes do mundo, para reestruturar as doutrinas esquerdistas [...] “Democracia social modernizadora” ou “esquerda modernizadora” podem ser usados em seu lugar. Eu continuo a usar “terceira via”, porém, por tratar-se de uma útil expressão emblemática. Ela se refere a renovação da democracia social em condições contemporâneas. Na interpretação que lhe confiro aqui, ela deve pouco ou nada ao seu uso em gerações pregressas. A terceira via não deve ser identificada isoladamente com as perspectivas e políticas dos Novos Democratas, do Novo Partido Trabalhista ou, aliás, de nenhum outro partido específico, sendo antes uma ampla corrente ideológica em que deságua vários afluentes (GIDDENS, 2007, p.18-19). Grifos do autor.

Nestes termos, há uma defesa explícita do ideólogo Giddens, de que a Terceira Via é uma corrente ideológica revisionista da social-democracia, sob os jargões “modernizantes” e por ser corrente ideológica não se limita a práticas pontuais de partidos. Ela é mais ampla que estas, embora não deixe de inspirar as agendas partidárias, os governos e a atuação parlamentar, põe em evidência, mesmo sem anunciar existência de “afluentes”, mas que se revelam na fala de Tony Blair “O Partido Trabalhista é o partido do empresariado e das indústrias modernas na Inglaterra” (BLAIR *apud* MÈSZÁROS, 2011, p. 850). Grifo do autor. Essa afirmação explícita e nomeia os interesses de quem está a serviço da corrente ideológica da Terceira Via.

Essa via, é mais mercado puro, e, portanto, (co)responde a uma gama de interesses utilitaristas de fração de classe hegemônica, em torno da política social e econômica, como uma coalizão. Para tanto, Mészáros (2011) menciona que houve um discurso de Blair que se pôs à serviço do empresariado sem reverter os ganhos do mercado forçados pelo thatcherismo, e o descreve:

Na noite passada, o Partido Trabalhista cortejou o empresariado inglês ao prometer manter a estrutura das *leis sindicais do Partido Conservador* e avaliar cautelosamente a proposta de um novo *salário-mínimo*. Tony Blair garantiu à City que os trabalhistas haviam rompido com as tradições de “governo grande” da década de 70, e não recuariam em relação à legislação trabalhista e sindical conservadora dos anos 80. “Aceita-se hoje que os elementos básicos daquela legislação – votos antes de greves para as eleições sindicais, e restrições à formação em massa de piquetes – vieram para ficar”, informou aos membros do *Per Cent Club*. “O *salário mínimo* deve ser definido com cautela, e publicado a fim de evitar qualquer impacto negativo sobre os empregos. Deve-se buscar o equilíbrio entre a proteção do

⁷ Vale ressaltar que efetivamente esta é a única menção do termo “Terceira Via” na obra de Mészáros, concebendo-a como um “espírito” manipulador, de consenso criminoso, em defesa do sistema capitalista.

empregado contra abusos e *o peso da carga imposta aos empregadores.*” Negou uma volta às altas taxas marginais de juros do último governo trabalhista. Também disse: “Já é tempo de ir além da situação em que as relações do Partido Trabalhista com o meio empresarial se dão em termos de garantias tranquilizadoras” ... os empresários devem ver no Partido Trabalhista *o seu lar natural*. Estão convidados a *forjar uma nova ordem industrial, disse ele*” (THOMPSON *apud* MÊSZÁROS, 2011, p. 329, grifo do autor).

Ideologicamente estava explícito a estratégia de acalmar o empresariado quanto à reversibilidade das políticas neoliberais, além de realizar o aceno como alternativa ideológica. Embora a Terceira Via tenha (re)surgido nessas condições políticas de austeridade como alternativa ao neoliberalismo puro, a terminologia não é nenhuma novidade no ideário da social democracia, assunto que não nos deteremos aqui, pois, sempre que utilizarmos neste trabalho o termo Terceira Via, será designado a versão revisionista do final do século XX, o neoliberalismo de Terceira Via, cujo esforço teórico ancora pensadores e entusiastas como Anthony Giddens⁸, Tony Blair, Mark Latham, Stephen Driver, Luke Martell, Thomas Meyer, Bill Clinton etc.

O jargão além da esquerda e da direita dos “centristas” da social-democracia, acrescentaram termos como velha e nova em suas reivindicações históricas por uma ideologia em que uniam (in)justiça social e mercado, “[...] além da velha esquerda e além da nova direita” (BLAIR *apud* DRIVER; MARTELL, 2007, p. 65). Ressalta-se que essas características materializam uma abordagem política e econômica delimitada em um quadro ideológico específico.

Nesse percurso, pensado como alternativa aos efeitos negativos do neoliberalismo sem revertê-lo, mas “amenizando” mediante a concatenação da responsabilidade social, abandona a social democracia européia com um revisionismo comum (LIMA; MARTINS, 2010). Assim, a nova agenda política introduzida passou a ser chamada de centro radical, centro-esquerda, nova-esquerda, nova social-democracia, social-democracia modernizadora, governança progressista e Terceira Via. O nome pode variar no desenvolvimento, porém “[...] há uma orientação política e um programa político gerais emergindo” (GIDDENS, 2007, p. 19). Nesse sentido, houve uma busca para “[...] criar um consenso internacional de centro esquerda no século XXI” (GIDDENS, 2005, p. 11) em torno da ideologia e da cúpula da Terceira Via, logo renomeada de Cúpula de Governança Progressista.

⁸ Além dele, outros intelectuais sociais liberais como Alain Touraine, Joseph Stiglitz, John Williamson, Pierre Rosanvallon apresentaram em suas ideologias a possibilidade de um capitalismo humanizado através dos chamados novos movimentos sociais, nova agenda de desenvolvimento, pós consenso de Washington, nova questão social etc. Para obter mais informações ver: CASTELO, 2013.

Esse contexto histórico foi crucial para o projeto de sociabilidade capitalista durante sua reestruturação produtiva flexível, de acordo com Antunes (1999), no entanto, carecia a cooptação entre fileira de oposição aos conservadores neoliberais fundamentalistas,

Uma nova variante mais abrandada do neoliberalismo, que esbravejasse no verbo e preservasse na pragmática e, o que é decisivo, fosse capaz de preservar os interesses do capital britânico mesmo com a derrota eleitoral dos Tories (ANTUNES, 1999, p. 51). Grifos do autor.

Efetivamente, foi gestado na “oposição de esquerda” Tony Blair, chamado por alguns críticos de Tory⁹ Blair, a qual reuniu um movimento mundial em torno do “capitalismo humanizado” 2.0¹⁰ da social-democracia, agora inovador/moderno/flexível, não mais com uma sociedade de bem-estar social, o neoliberalismo de Terceira Via revisionista e eclético:

A expressão jocosa “esquerda liberal-social”, usada por Blair e seus seguidores – ou formuladores, como Giddens e David Miliband –, sem a pompa que a caracteriza, poderia ser resumida de modo direto: o projeto da “Terceira Via” é essencialmente um ideário que se assume como de “esquerda”, mas que pratica o que a direita gosta. Ou, se quisermos, é o que restou da social-democracia na fase mais destrutiva do capitalismo, que tenta consertar alguns dos estragos do neoliberalismo, preservando sua engenharia econômica básica (ANTUNES, 1999, p. 51). Grifos do autor.

O conceito que estabelece Antunes (1999) e Mészáros (2011), sob o qual nos filiamos, reconhecendo que essa corrente ideológica evidencia um projeto societário que na aparência é progressista, mas na essência é conservador, tem caráter reformista e revisionista e busca omitir as lutas de classe, o antagonismo, o utilitarismo, ao mesmo tempo que não reverte a perda de direitos. Historicamente pretende unir o incompatível mercado com justiça social e não resolve a opressão, a desigualdade, a pobreza, a marginalização, a exploração ou a sociedade de classes porque essas são constituintes de base estrutural de exploração, em que até os processos identitários se tornam produtos do mercado.

Para Giddens (2007), desde o fim da Segunda Guerra mundial, houve duas vias que fracassaram ou “perderam pujança” (GIDDENS, 2007, p.18). A primeira via seria:

As ideias socialistas tradicionais, por serem radicais e reformistas, baseavam-se nas ideias de gestão de planejamento econômico— uma economia de mercado é essencialmente irracional e refratária à justiça social. Até mesmo a maioria dos que advogavam uma “economia mista” só aceitava mercado a contragosto. No entanto, como teoria da economia gerida, o

⁹ Tory é o antepassado do Partido Conservador do Reino Unido, os conservadores continuam sendo chamados de *Tories*, Tory Blair é um trocadilho que o nomeia de conservador.

¹⁰ Capitalismo humanizado 1.0 é foi o que orientou o Estado de bem-estar social.

socialismo quase que já não existe. O “compromisso keynesiano com o bem-estar social” dissolveu-se em grande medida no Ocidente (GIDDENS, 2007, p.18).

No caso, Giddens (2007), oportunamente, destaca o caráter histórico da humanidade, pois quem produz e desmantela os sistemas políticos/econômicos em seu movimento real são as contradições e as exclusões do capitalismo. O socialismo tradicional muito se difere do reformismo (característica social-democrata). Ele não é reformista, é revolucionário e pretende o comunismo e não o keynesianismo. Nesse sentido, a crítica aos “socialistas tradicionais” lê-se, “socialistas-democratas tradicionais”, esses abandonaram o percurso revolucionário pelo reformismo se adequando aos interesses de mercado ao mesmo tempo em que se alinham ao compromisso keynesiano, isto é, um “consenso” social entre classes antagônicas. O percurso revolucionário, ao contrário do caráter reformista, busca o fim do capitalismo, das classes, da propriedade privada, a emancipação humana etc. A opção keynesiana, social-democrata tradicional, reproduz o sistema burguês, a propriedade privada, a sociedade de classe, o lucro, a exploração e tentar promover coesão de interesses antagônicos.

Com relação ao planejamento econômico, todos o fazem, mesmo que cada uma dessas com as suas especificidades ideológicas e estratégicas, como no caso dos liberais clássicos ou dos neoliberais. Estes dois defendem a existência de leis naturais através de um conjunto planejado de ações, engrenagens, e receituários¹¹. Ou seja, para que possam funcionar “naturalmente” carecem de um conjunto planejado de medidas, consensos das mesmas medidas, articulações políticas, cooptação ideológica para realizar as intervenções planejadas na dimensão pública para resguardar os interesses privados. Nesse caminho, modificam convenções sociais nos “contratos sociais” (democracia constitucional) a fim de serem desregulados, desobrigados de direitos aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que automatizam com a tecnologia e articulam ações intransigentes, impositiva de suas liberdades, enquanto cerceiam os demais sob o discurso da naturalidade.

Existem especificidades do tempo, do espaço e da robustez tecnológica dos países que podem automatizar um conjunto de transações, ou mesmo fazer uso de robôs programados ou aplicativos para especular para seus donos acionistas. No entanto, cada um desses processos tecnológicos, e muitos outros, carecem além de planejamento, programação

¹¹ Como ocorreu com o Consenso de Washington com a propagação de um vasto receituário econômico.

dos dados específica, historicamente produzidos pela humanidade e respondendo a interesses também humanos. As leis de mercado ficam a serviço da determinação da situação dentro de um conjunto de regras, engrenagens de acumulação, espoliação, obsolescência programada, valor, lucro além da conformação cultural ou observação cultural dos sujeitos para conduzir suas subjetividades ao consumo e ao consenso.

Com a inserção de elementos conjunturais e suas especificidades, as interpretações de Marx e dos marxistas seguem a mais de cento e cinquenta anos analisando e denunciando os mecanismos criados pelo capital para acumular, intervir e dominar a sociedade. Ou seja, os elementos históricos produzidos humanamente na relação com o outro e com a natureza, com a propriedade privada e com o trabalho, em que pese as dimensões de perversidade, desumanidade e violência que o capitalismo submete às classes dirigidas, principalmente as mais pobres, determinadas desde o nascimento a condições degradantes. Essa classe subalternizada é proprietária tão somente de sua força de trabalho em uma sociedade de desemprego estrutural, exposta a limitadas condições de “ascensão”, cuja possibilidade de trabalho é constantemente ameaçada pelo exército de reserva para o posto que ocupa. Vale ressaltar que a ruptura com a pobreza é exceção, pois a economia planejada como crítica ao socialismo ou ao keynesianismo é demagogia neoliberal.

Entretanto, para Giddens, a segunda via fracassada, é

“A segunda via” – o neoliberalismo, ou fundamentalismo de mercado – foi descartada até mesmo pela maioria de seus adeptos direitistas. A crise do leste asiático de 1997-8 revelou quão instáveis e desestabilizadores podem ser mercados mundiais desregulamentados, e especialmente os financeiros. Eles fazem pouco para ajudar a mitigar as extremas desigualdades existentes entre os países mais pobres e os mais ricos. Dentro das sociedades desenvolvidas, o eleitorado se resguardou de políticas neoliberais, que sugerem caber aos indivíduos arranjar-se sozinhos em um mundo marcado por altos níveis de incerteza e mudança tecnológica (GIDDENS, 2007, p. 19). Grifos do autor.

O que se naturaliza e omite nas análises de Giddens é que as duas vias falhas que o mesmo menciona são duas vias da ordem mundial capitalista, Giddens (1991) em “Consequências da Modernidade” evidencia o revisionismo relativista de seu pensamento quanto à ordem mundial moderna, retoma o pensamento de Marx, Durkheim e Weber e, resume que Marx afirma ser o capitalismo a ordem mundial emergente substituindo feudalismo com a produção para mercados nacionais e internacionais que torna tudo mercadoria inclusive a força humana, sendo criticado por Durkheim e Weber.

O autor prossegue argumentando que Durkheim considera que “a competição capitalista não é o elemento central da ordem industrial emergente [...] vivemos numa ordem que não é capitalista, mas industrial” (GIDDENS, 1991, p. 16). Nesse sentido, Giddens (1991) afirma que o pensamento de Durkheim criticou as considerações enfatizadas na análise de Marx sobre o capitalismo como “marginais e transitórias”, pois acreditava que a vida social moderna não derivava do capitalismo, mas sim da divisão do trabalho com vistas às necessidades humanas e à exploração da natureza.

Giddens segue considerando que mesmo que Weber mencionasse capitalismo ao invés de ordem industrial, este se aproximaria mais do pensamento de Durkheim do que do pensamento de Marx. Nesse contexto, a tônica seria, então, em um “[...] capitalismo racional [...], racionalização conforme expressa na tecnologia e na organização das atividades humanas, na forma da burocracia” (GIDDENS, 1991, p. 17). O autor segue com a sua argumentação:

Vivemos numa ordem capitalista? É o industrialismo a força dominante que modela as instituições da modernidade? Deveríamos ao invés de olhar para o controle racionalizado da informação como a principal característica subjacente? Devo argumentar que estas questões não podem ser respondidas desta forma — quer dizer, não devemos encarar estas caracterizações como mutuamente exclusivas. A modernidade, sugiro, é multidimensional no âmbito das instituições, e cada um dos elementos especificados por estas várias tradições representam algum papel (GIDDENS, 1991, p. 17).

A discussão apresentada por Giddens (1991) explicita a razão dele se posicionar política e ideologicamente chamando a via keynesiana de socialismo tradicional. Mesmo que essa seja uma afirmação propositalmente equivocada, como sociólogo e social democrata sabe que o keynesianismo foi uma alternativa para o capitalismo europeu após a falência do liberalismo econômico com a Grande Depressão de 1930. Nesse mesmo caminho, a segunda via neoliberal também é alternativa para o capitalismo em substituição ao keynesianismo. Entretanto, é uma alternativa de austeridade e, portanto, amplamente criticada. A omissão de que estas duas vias são alternativas para o capitalismo, atrelado ao fato da relativização que leva a considerar a modernidade sob uma ordem multidimensional demonstra a minuciosidade com que propaga os revisionismos históricos.

Nenhum dos autores mencionados falam em uma única dimensão da ordem capitalista (Marx e Weber) ou industrial (Durkheim). Sem exceção, estes falam da dimensão expansiva, transformadora da sociedade, do Estado, da história, da cultura e da natureza, mesmo com conclusões distintas e antagônicas diante de suas filiações. Nesse sentido, a

mesma omissão minuciosa de que as duas vias, assim como a Terceira Via, propõem uma manutenção da ordem capitalista, é na verdade o sistema capitalista permeado por crises estruturais¹², que fracassou e perdeu pujança em suas alternativas keynesianas e neoliberais e que careceu do revisionismo social-democrata dentro das bases neoliberais. A Terceira Via de Giddens (1991; 2007) é como diz Antunes (1999), é a via de um ideário que reivindica ser de esquerda para fazer o que a direita gosta e quer.

O alinhamento que o neoliberalismo de Terceira Via tem se prestado a orientar após suas justificativas de ser alternativa a ordem globalizante, desemboca em estratégias muito evidentes, congregando a coletividade na partilha de princípios e valores comuns ao grupo que mobiliza a ação grupal. As principais considerações do revisionismo histórico efetivado pela corrente ideológica de Terceira Via, a fim de ser a governança do capitalismo em seu momento de reestruturação produtiva é crucial para conhecer e compreender os principais aspectos que compõem o Modelo de Escola da Escolha em seus manuais operacionais¹³.

3 A Escola da Escolha: apontamentos

A Escola da Escolha é um modelo pedagógico que foi sistematizado a partir de um experimento no Ginásio Pernambucano, na cidade de Recife, através de uma parceria público-privada com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Atualmente, esse modelo vem sendo implementado em vários estados e municípios brasileiros em escolas de tempo integral¹⁴. O modelo reúne em seus manuais um conjunto de elementos – teóricos, técnicos-científicos, ético-políticos e operacionais – situados na tríade pedagógica: “[...] conteúdo (o que ensinar), método (como ensinar) e gestão (como organizar a estrutura e o funcionamento da comunidade educativa)” (MAGALHÃES, 2008, p. 25), que busca articular o incompatível: mercado e justiça social.

¹² Ver: Mészáros, 2011

¹³ Ver ICE (2015).

¹⁴ A escola de tempo integral diz respeito a como se “(...) se processam os valores da lógica empresarial incorporada [ao ambiente escola] (...). [Essas ideias têm sua origem na iniciativa privada e se estrutura em concordância com o complexo valorativo neoliberal e com os modelos de gestão empresarial de caráter toyotista. Tais valores se incorporam, não só nos mecanismos de gestão escolar, como se objetivam em propostas pedagógicas de educação empreendedora. (...) essas concepções, ao serem incorporadas pela escola pública, subtraem da educação escolar seu propósito de [construção do saber por meio] dos conhecimentos historicamente produzidos pelo conjunto de homens e mulheres, transformando-a em mera via direta de adaptação ao mercado de trabalho (RODRIGUES, 2020, p. 01).

O “largo colchão ideológico” mobilizado para materialização do modelo de Escola da Escolha, congrega elementos integralizantes e princípios conceituais. Integralizantes: Visão de Homem e Sociedade na Legislação, Artigo 3º da Constituição Federal/1988, Art. 2º da LDB/1996, Finalidades da Educação, Educação Tesouro a Descobrir – UNESCO, Alinhamento político e conceitual, Paradigma do Desenvolvimento Humano (PNUD), Códigos da Modernidade (Bernardo Toro) e Mega-Habilidades do CLIE baseados em de Dorothy Rich. Conceituais pedagógicos: protagonismo; os 4 pilares da educação; a pedagogia da presença, e a educação interdimensional. Conceituais de Gestão: Corresponsabilidade, Educação pelo trabalho, delegação planejada. Um “[...] modelo pedagógico eficaz e um modelo de gestão comprometido com os resultados” (ICE, 2015, p. 10).

Esses modelos da Escola da Escolha são realizados a partir da operacionalização de três eixos, a saber: formação acadêmica de excelência; formação para a vida; formação para o século XXI. Analisada a forma como se mobiliza o conjunto dos aspectos que compõem a Escola da Escolha, o resultado do processo formativo é a formulação de um projeto de vida para ser experienciado no capitalismo e satisfeito nele e para ele, ao buscar uma formação que congregue os valores necessários para o novo século na manutenção do capitalismo e da ausência de injustiça social.

A partir desses elementos, o modelo expressa uma “[...] alternativa conservadora de busca da recuperação do ciclo produtivo do capital e da definição de uma nova cultura burguesa referenciada em novas bases” (LIMA; MARTINS, 2005, p. 58), nesse caso, a conformação ilusória de uma sociedade de bem-estar social. Seu lema é a democratização da democracia, instaurando supostamente uma democracia dialógica cidadã positiva e incluyente, na tentativa de omitir antagonismos.

O referido modelo relaciona o empresariado, o Estado e a população em prol de soluções de problemas sociais – intensificados ou causados pelo capitalismo globalizado – tendo a contribuição intelectual do sociólogo Anthony Giddens, que propõe “[...] maior ênfase na mobilização das medidas políticas da vida, visando, mais uma vez, relacionar a autonomia com as responsabilidades de nível pessoal e coletivo” (GIDDENS, 1994, n. p.).

Todavia, como projeto de um ideário social, seu conteúdo embasado supostamente em valores coletivos compreende especificamente a direção ideológica conservadora da abordagem, bem como sua ação coletiva, não popular, é política e corporativa, haja vista que considera os esforços na direção da economia e sociedade fortes. Para tanto, esse ideário não considera o bem-estar social como foi proposto nas vias anteriores

às crises do capitalismo, como já mencionado acima, pois o considera passivo. A revisão desse processo do bem-estar social incentivada por uma “cidadania ativa”, reconstrução da confiança etc. em prol da lógica do mercado.

Estes direcionamentos evidenciam a explícita atuação pela ação coletiva e política sob orientação ideológica de Terceira Via para congregar esforços na direção da economia e da sociedade. Ambas devem ser fortes em suas ponderações, porém efetivamente diante da permissividade e irreversibilidade das políticas neoliberais as quais se filiam, fica explícito que o forte é o mercado e que existe a tentativa de convencimento de que a sociedade forte é a que assume a defesa dessa orientação da Terceira Via. Além do direito preconizado pela responsabilização de cada um quanto aos problemas sociais que se evidenciam, ao mesmo tempo que é uma desresponsabilização estatal com o Estado desobrigado dos direitos. Estas, que mediante a produtividade e o esforço, devam ser recompensadas pelo governo com incentivos frente às contribuições produtivas que realizaram, em uma ponta. Na outra ponta da sociedade, os que se consideram inativos não devem ter subsídios materializando uma lógica compensatória para o Estado sob a perspectiva da Terceira Via.

Nesse caso, a atuação estratégica, conforme a nova sociabilidade pautada no projeto educativo neoliberal de Terceira Via, modelo Escola da Escolha, atua duplamente para fornecer os sujeitos necessários ao funcionamento da máquina produtiva, com base em princípios morais, culturais, que formam um quadro de valores para legitimação da vontade hegemônica no conjunto de mudanças que ocorreram no mundo.

Diante da reestruturação produtiva do capital, a educação foi sendo reformada para atender às demandas de um mercado que apresenta novas exigências para a formação humana, descaracterizando a educação pública e gratuita como extensão do monitoramento, diante de um cenário de crise do capital e sua busca por expansão e lucro, a desqualificação do magistério, baseada no assédio por resultados, na crença salvacionista da escola para a cidadania ativa na articulação significativa de capital social e humano (MAGALHÃES, 2008; NEVES, 2010; RODRIGUES, 2020).

4 CONCLUSÃO

Considera-se que o modelo de Escola da Escolha e seus aspectos pedagógicos consolidam as práticas pedagógicas no interior dos processos educativos, com uma gama de conceitos ligados ao conteúdo, método e gestão, com a incorporação da educação

interdimensional, a pedagogia da presença e os quatro pilares da educação do protagonismo juvenil que, de modo geral, tem tornado orgânica a lógica do neoliberal de Terceira Via com a congregação das diversas consignas ideológicas, cuja função consiste na naturalização e formação do consenso acerca dos valores caros ao empresariado através da educação em tempo integral.

O modelo educativo da Escola da Escolha do ICE congrega os valores coletivos, pessoais e profissionais ao longo da vida, que formam o consenso em uma atuação incluyente e despolitizada capaz de omitir os antagonismos de classe e responsabilizar individualmente cada um por sua parcela de degradação e de solução do mundo. A escola pública que incorpora esse modelo promove, junto às organizações, as conclamadas oportunidades de participação social ativa através do protagonismo autônomo, solidário e competente, mediante uma liderança socialmente responsável.

Essa liderança-servidora age como alternativa pela solução de problemas sociais do capital, visando a aprendizagem ao longo da vida, como estratégia para a falácia da ideologia meritocrática em um mundo consolidado nas desigualdades sociais, na busca por conciliar a necessária competição que estimula, a cooperação que reforça e a solidariedade que une. Os objetivos e finalidades da educação precisam estar comprometidos com a emancipação humana, o que não é possível pelo modelo burguês e capitalista de sociedade, que, nesse caso, precisamos estar atento às alternativas aparentemente progressistas e empenhar nossos esforços em defesa da superação da ordem capitalista e, como horizonte, a emancipação humana, oposta à unilateralidade empoderada da concepção burguesa a serviço do capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A “Terceira Via” de “Tory” Blair: a outra face do neoliberalismo inglês. In: **Revista Outubro**, n. 03, p. 31-52, 1999. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-terceira-via-de-tory-blair-a-outra-face-do-neoliberalismo-ingles/>. Acesso em: 10/05/2020.

CAETANO, Maria Raquel; DE OLIVEIRA COSTA, Marilda. Gerencialismo, Internacionalização da educação e o papel da Teach For All no Brasil. In: **Revista Educação em Questão**, v. 56, n. 48, p. 249-275, 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DRIVER, Stephen; MARTELL, Luck. A esquerda, a direita e a terceira via. In: GIDDENS, Anthony (Org). **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: UNESP, 2007. Tradução de: Roger Maioli dos Santos.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, 2003. Disponível: em <https://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>. Acesso: 09/01/2020.

GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a terceira via**. Tradução de: Roger Maioli dos Santos. São Paulo: UNESP, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução: Sandra Regina Netz. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In: **Caderno CRH**, v. 7, n. 21, p. 9-28, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18771>. Acesso: 05/12/2019.

_____. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. – São Paulo: UNESP, 1991.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz T. da (Orgs.). Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas: Petrópolis: Vozes, 2012.

GENTILI, Pablo A. A. (Org.). **Pedagogia da Exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis Vozes, 2009.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

ICE. **Modelo Pedagógico Princípios Educativos**. 1ª Edição, 2015.

LIMA, Kátia; MARTINS, André. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

LIMA, Kátia; MARTINS, André. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES Lúcia Maria W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio**: Pernambuco cria, experimenta e aprova. São Paulo: Albatroz: Loqüi, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

_____(Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

RODRIGUES, César Augusto. O programa “Educação: Compromisso de São Paulo” e o “Novo Modelo de Escola de Tempo Integral”: crítica à incorporação dos valores da lógica empresarial na educação escolar pública. In: **Revista HISTEDBR On-line**, v. 20, p. 1-23, 2020. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654673>. Acessado: 30/06/2022.